

A dimensão da diversidade social na abordagem das crianças e jovens rurais

Discussão em teoria social fundamentada em investigações concluídas e/ou em curso

GT 22 – Sociologia da Infância e da Juventude

Valmir Luiz Stropasolas

Resumo

A partir das reflexões resultantes de pesquisas concluídas recentemente pelo autor e realizadas na Região Oeste de Santa Catarina, situada no Sul do Brasil, o artigo procura fazer uma problematização no campo teórico da noção de diversidade social na abordagem das crianças e jovens rurais. Analisa, especificamente, a dimensão da desigualdade na análise da diversidade de crianças e jovens rurais, visando questionar em que medida categorias como rural, agricultura familiar, infância e juventude concebidas nas pesquisas e nas políticas dão conta de explicar a complexidade dos fenômenos e as diferentes condições vivenciadas pelas crianças e jovens rurais.

Palavras-chave: Juventude rural, diversidade, desigualdade social.

Nessas últimas décadas a sociedade organizada através de movimentos sociais rurais, sindicatos, ONGs, com apoio de intelectuais, técnicos, pesquisadores, etc, mobilizaram-se a partir de uma unidade de ações visando conquistas políticas, sociais e econômicas para as populações rurais e camponesas. Conceitos como rural, agricultura familiar, camponês, desenvolvimento sustentável, juventude rural, são (re)construídos para pensar e abordar as problemáticas sociais rurais e propor mudanças, políticas, projetos, etc. Programas como o Pronaf são ilustrativos desse processo. Assim, concepções teóricas e intervenções no cotidiano buscaram (e ainda buscam) abarcar e representar a diversidade de categorias sociais e suas demandas represadas ao longo da história da agricultura brasileira.

No entanto, até que ponto essas categorias dão conta da diversidade de grupos sociais que integram os jovens rurais? Como contemplar e incluir a diversidade social da juventude rural (nas políticas, programas, pesquisas, etc) reconhecendo e valorizando as demandas específicas expressas pelos diferentes segmentos de jovens e as novas identidades sociais juvenis que vem sendo (re)construídas nos territórios rurais?

Unidade na diversidade: tensões e desafios no campo teórico

A imagem do rural construída ao longo do tempo no imaginário da sociedade brasileira em geral (muitas vezes internalizada pelos grupos sociais rurais) aparece associada à idéia de atraso, como lugar de não-desenvolvimento e sem acesso à infraestruturas e serviços básicos¹. Entendo que é fundamental se problematizar a formulação desses discursos em relação às representações cristalizadas do que seja o “rural” ou ‘urbano’, na medida em que se verifica, cada vez mais, uma desmistificação das vantagens associadas às cidades, sobretudo pelas experiências advindas dos jovens migrantes, que

¹ Alguns autores têm ressaltado a construção na sociedade brasileira destas representações que reproduzem a hierarquia do rural em relação ao urbano, entre os quais cabe destacar José de Souza Martins.

informam o que se passa nesse espaço da sociedade aos seus pares que residem nas comunidades rurais, ou mesmo pelas informações veiculadas nos meios de comunicação, que colocam em relevo os problemas enfrentados por quem reside nos centros urbanos. Contudo, é fundamental se dizer que todos os aspectos positivos, os benefícios e as conquistas da modernidade e da cidadania, associados ao mundo urbano, devem ser usufruídos também pelas populações do campo e que, em nenhum momento, negligencia-se aqui esses aspectos.

As concepções pautadas nos dualismos reducionistas rural-urbano ou tradição-modernidade – que acabou inferiorizando e estigmatizando populações e dimensões de sua vida - não dão mais conta ou não conseguem mais explicar as complexidades vivenciadas pelos diversos segmentos de jovens rurais, que se mobilizam de forma interativa nos diferentes espaços sociais, não sem experimentar renovados conflitos de valores e de visão de mundo entre os gêneros e as gerações, que se manifestam sobretudo na dimensão da vida social e cultural, especificamente, nos significados de ser jovem e rural, nas escolhas profissionais e nos projetos de vida, nas relações de sociabilidade, nos modelos de família e casamento, na religiosidade, na vida afetiva e orientação sexual, entre outros. De que forma e em que sentido os profissionais e/ou interlocutores das instituições e entidades que interagem com as populações do campo - sejam formuladores de políticas, lideranças, técnicos(as), extensionistas, professores, etc - abordam, concebem e adotam esses conceitos no cotidiano das suas intervenções? Que valores e significados de rural, campo, juventude são (re)produzidos nas suas atividades técnicas, políticas ou pedagógicas? Enfim, são questões instigantes que precisam se fazer presentes nas discussões e nas proposições de políticas que são feitas por pessoas e instituições que trabalham com as juventudes rurais no Brasil.

Autores como Lamarche (1993), Wanderley (1996), Abramovay (1998), Schneider & Niederle (2008), entre outros, já abordaram o tema da diversidade da agricultura familiar e camponesa. Em outra oportunidade (Stropasolas, 2006), fiz um esforço reflexivo para problematizar a adoção de forma homogeneizante e harmônica da categoria “agricultura familiar”, mostrando que esse viés na utilização do conceito implica na omissão dos conflitos, das hierarquias de poder e dos problemas estruturais que se manifestam na vida social e cultural das populações rurais. Cabe salientar que ainda é perceptível em determinadas noções e proposições a imagem de um modelo cristalizado de rural, comunidade, família e juventude, padrão este que vem sendo literalmente detonado nas representações e práticas juvenis. Assim, de forma recorrente, percebe-se a necessidade de se realizar, também, uma discussão mais geral, teórica, de fundo das principais questões que afetam as juventudes e que emergem nas diferentes regiões e, assim, identificar o que há de comum entre os jovens e o que há de singular nas diferentes situações, o que existe de diferente em relação a outras gerações. Importa destacar que os jovens vivenciam hoje uma experiência geracional singular, herdada os problemas estruturais e as consequências de modelos de desenvolvimento rural excludentes e insustentáveis do ponto de vista socioambiental, ao mesmo tempo que são “convocados” ou reconhecidos como protagonistas de grandes transformações desejadas para os territórios rurais. Mantidas as condições atuais, quem deles deseja assumir este papel?

Nesse cenário, a relação tensa entre o todo social e as especificidades é marcante na abordagem das problemáticas que afetam (e as soluções que demandam) os diversos segmentos de jovens rurais brasileiros. Nessa relação conflituosa se inscreve a diversidade, noção aparentemente fácil de abordar no campo da teoria mas de difícil operacionalização no terreno das políticas públicas, sobretudo quando se busca contemplar, concomitantemente, medidas gerais visando atender ao “grande público” da juventude rural e ações direcionadas para tudo aquilo que representa o específico, o singular, o diferente, ou seja o exuberante e colorido tecido social formado pela heterogeneidade histórica e cultural da população rural brasileira, em que se inserem os mais diversos grupos de jovens rurais.

Este grande desafio se fez presente, mesmo que não de forma explícita, nos vários eventos organizados em torno da categoria juventude rural. Isto é, trabalhar numa perspectiva de unidade

política-institucional todos os aspectos que são comuns à categoria juventude rural, garantindo ao mesmo tempo na sua concepção os instrumentos que contemplem as particularidades, o reconhecimento e a valorização das diferenças, a superação das desigualdades e o atendimento das reivindicações específicas, visando integrar dimensões que se complementam na abordagem da noção de diversidade no tocante às políticas públicas voltadas à juventude rural. Como enfrentar teoricamente a tensão entre a diversidade dos processos sociais inerentes à categoria juventude e os processos de natureza mais geral, unitária que caracterizam a sociedade (rural) contemporânea? A relação entre agente e estrutura? Dar conta deste desafio significa também problematizar teoricamente uma possível relativização total da categoria juventude, que pode ser uma consequência da adoção de determinados enfoques analíticos que enfatizam apenas a diversidade entre os jovens ou mesmo que afirmam a noção de juventude como sendo genérica demais, de maneira que, ao não se visualizar semelhanças, acaba se negando a própria categoria.

Fazendo este questionamento, busco afirmar a pertinência e a relevância teórica de ainda se contar com as categorias juventude e rural para explicar os processos e fenômenos sociais em curso na mais diversas localidades brasileiras, fazendo a crítica da narrativa modernista, da globalização hegemônica, do agronegócio e do individualismo exacerbado e excludente que move o mercado capitalista no campo e as suas consequências no mundo rural em termos de exclusão de territórios, grupos sociais, culturas e identidades. Argumento pela necessidade de se investigar as mudanças em curso nos espaços rurais - e propor soluções aos problemas verificados - valorizando fundamentalmente as perspectivas daqueles que, até recentemente, eram “esquecidos” nas políticas ou nas academias, entre os quais e de forma privilegiada os jovens rurais. Ou seja, desconstruir as noções de rural, campo, desenvolvimento, políticas públicas, etc, colocando em relevo as suas múltiplas construções, sobretudo aquelas dos grupos sociais rurais não-hegemônicos e que se diferenciam, “em gênero, número e qualidade”, do ideário e das concepções defendidas e difundidas pelo agronegócio e pelos grandes conglomerados empresariais e financeiros que atuam sem controle social no campo, na floresta e nas águas, responsáveis que são pela concentração da renda, dos recursos e da propriedade da terra e pela degradação socioambiental nos territórios rurais.

Enfatizo, assim, as abordagens que vêm a juventude e o rural como conceitos em construção e não como noções cristalizadas e com “virtudes” essencialistas. Muitos trabalhos abordam a juventude como categoria auto-evidente ou auto-explicativa, passível de uma definição universalizante, tanto no campo acadêmico quanto nas políticas sociais. Na sua abordagem teórica sobre o conceito de juventude rural, Castro (2009) sintetiza bem as diferentes concepções, ou seja as definições da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; as definições substancializadas/adjetivadas da categoria; e as definições que associam *juventude e jovem* a determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social.

A partir da explicitação e do entendimento das diferentes visões de mundo dos jovens rurais e dos interesses e expectativas diversos, podemos apostar na possibilidade de se construir um sentido de unidade (da diversidade) na busca do reconhecimento e da afirmação social e cultural dos anseios dos jovens rurais. Nesse sentido, o reconhecimento de diferentes dimensões na abordagem das questões que afetam a juventude, insere-se nesta instigante incumbência teórica de dar conta da diversidade da categoria sem desconsiderar o processo geral em que ela está inserida. Nesse sentido, não corremos o risco de se cristalizar uma ou outra dimensão nas análises e estudos sobre juventude, em decorrência, estaremos promovendo o diálogo não só nos diversos campos da academia (como forma de se evitar a fragmentação dos nossos campos de estudos e pesquisas), mas também entre a universidade, a sociedade civil, os movimentos sociais e os jovens rurais, incluindo temáticas como política pública, educação, gênero, geração, etnia, raça, sexualidade, etc.

As representações e as práticas dos jovens que se mobilizam nos diferentes espaços sociais das pequenas localidades, nas entidades representativas e nos movimentos sociais, assumindo a inovação e alguns aspectos ressignificados da modernidade mas ancorados em determinados alicerces valorativos que compõem tradicionalmente o patrimônio cultural familiar, proporcionam algumas pistas que podem orientar as análises em torno da noção de diversidade. Para isso, é importante resgatar ou reinventar a capacidade de síntese, de formular algumas teses gerais que objetivam explicar os processos que movem os fenômenos sociais rurais e que repercutem na trajetória da juventude.

Um aspecto apontado por estudiosos da juventude é o de que os jovens podem se constituir em elementos reveladores das mudanças em curso no país. Ou seja, entender não apenas o que acontece com os integrantes desta categoria social mas sim ampliar nosso horizonte e vislumbrar o sentido das mudanças que ocorrem na sociedade brasileira na qual a juventude, de maneira geral, está inserida. Para Wanderley (2007), os jovens são a tradução no meio rural das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Nesse sentido, não possuem mais qualquer poder explicativo as análises que busquem isolar a realidade dos jovens rurais, que os visualizam como membros de um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem. Como também estão defasadas as abordagens que acabam diluindo-os numa pretensa homogeneidade, ou como se refere a autora: “que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras. Mesmo nestas – e é esta a nossa questão – é muito grande a diversidade. Em consequência, o nosso objeto de pesquisa só pode ser entendido, em profundidade, se situado num quadro mais geral, que inclua as muitas situações concretas, correspondentes à diversidade das experiências de vida dos jovens rurais”(WANDERLEY, 2007, p. 31).

O período vivido pelos jovens em busca de emancipação, de escolha de valores, de construção de uma identidade social, torna a juventude, uma categoria de forma diferenciada porque a juventude é plena de singularidades. Nesse sentido, podemos inferir que diversas problemáticas sociais que afetam os jovens brasileiros não deixam de influenciar, também, com formas e conteúdos específicos, os diversos segmentos de jovens rurais, que se diferenciam por renda, etnia, raça, gênero, orientação sexual, religiosidade, disparidade regional, etc.

Esta ampliação do universo simbólico e valorativo pode ser visualizada nos depoimentos dos jovens que desejam o melhor dos dois mundos, como se refere Nazareth Wanderley, o rural e o urbano, uma síntese muito difícil de conseguir. Mas a busca desta conflituosa unidade sociocultural como desejo, como demanda, vem sendo explicitada de forma recorrente nas trajetórias e nos projetos de vida de moças e rapazes de origem rural e residentes nas pequenas localidades. A inclusão digital e o acesso à informação e à comunicação interpessoal, cada vez mais são demandados, tendo em vista a interação criada pelos jovens que passam a ter acesso à internet nas escolas, no sindicato, na igreja, etc, Isto se reflete no campo da cultura e nas redefinições de valores decorrentes da mobilização social e espacial da juventude rural.

A problemática da desigualdade na diversidade social da juventude rural

De acordo com os dados do IBGE (2010) existem aproximadamente 8,1 milhões de jovens rurais na faixa etária de 15 a 29 anos, o que representa 27% de toda a população que vive no campo. Cabe salientar que nos últimos 10 anos em torno de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural e, deste universo, 50% são jovens, indicando de maneira geral processos de envelhecimento e masculinização da população que permanece no campo, embora hajam especificidades em relação a essas tendências em determinados territórios do país. Apenas para ilustrar esse processo, os dados divulgados recentemente pelo INCRA, resultante de pesquisa realizada recentemente em todos os assentamentos do país, indicam que do total da população dos assentamentos 53 % são homens e 47% são mulheres.

Esta migração seletiva já vem comprometendo segmento significativo de propriedades agrícolas familiares, sobretudo nas regiões coloniais do sul do Brasil, onde se verifica em determinadas localidades valores que oscilam de 25 a 30% de estabelecimentos familiares sem sucessores. Depoimentos coletados em pesquisas² de cunho qualitativo realizadas pelo autor em determinadas comunidades rurais de SC indicam que nos estabelecimentos familiares sem sucessores (ou em vias de) – como também nos casos em que os pais percebem a completa desmotivação dos filhos(as) em permanecer na propriedade - há uma tendência de se “frearem” os novos investimentos produtivos com estagnação ao longo do tempo das tecnologias empregadas e da produtividade das atividades desenvolvidas, considerando as dificuldades de mão de obra e as incertezas quanto à continuidade do funcionamento da propriedade no momento em que houver o afastamento (por idade, aposentadoria, doença, venda da propriedade ou qualquer outro motivo) das pessoas que efetivamente “tocam” (como se referem os próprios agricultores) a propriedade.

Diversos autores analisaram os fatores que explicam essa migração seletiva, sobretudo as problemáticas de gênero e geração presentes nas comunidades rurais, entre os quais Brumer (2004), Paulilo (2003), Aguiar & Stropasolas (2010), entre outros. Nesse sentido, não nos deteremos aqui na análise desses fatores, por não ser objeto deste artigo, sugerindo a quem interessar a leitura dos trabalhos dos autores acima referidos.

Do total de jovens que reside no campo, verifica-se que 2,3 milhões encontra-se na linha da extrema pobreza. As desigualdades sociais se expressam quando se considera os diferentes espaços da sociedade pois, se temos 4% dos jovens urbanos nessa condição, quando falamos de jovens rurais este índice sobe para 25%. Se avançarmos um pouco mais na diferenciação regional, verificamos que 34,88% dos jovens rurais do norte e nordeste do Brasil estão na situação de extrema pobreza (Fonte: Plano Brasil sem Miséria).

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 são aproximadamente 5,2 milhões de estabelecimentos no país. Desse universo, foram identificados cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área. A desigualdade entre os agricultores no Brasil também pode ser expressa do ponto de vista do acesso ao crédito. Entre os estabelecimentos considerados como de agricultura não familiar, em 81,4% houve a utilização de financiamento. Do total de estabelecimentos enquadrados como agricultores familiares apenas 18,8% utilizaram recursos do Pronaf para financiar a produção, com concentração nos agricultores familiares mais capitalizados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Importa destacar também que, de acordo com o PNAD (2011), de aproximadamente 8 milhões de famílias que residem no meio rural, 6,5 milhões delas sobrevivem com até 3 salários mínimos.

Finalmente, para ilustrar a magnitude da desigualdade social no mundo rural brasileiro, cabe recuperar os dados divulgados recentemente em relação ao Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, em que se verifica que os recursos sob responsabilidade do MAPA somam R\$ 115,25 bilhões para financiamento da agricultura empresarial, enquanto o plano safra para a agricultura familiar, a cargo do MDA, terá disponível R\$ 18 bilhões para ser utilizado no custeio e investimento à agricultura familiar. Mais precisamente, a agricultura familiar que é responsável por garantir grande parte da segurança alimentar e nutricional do país, com 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos

² As pesquisas referidas são: Gênero, suinocultura e biogás: a participação das mulheres na divisão social do trabalho familiar, realizada em 2011 na região Oeste de SC; A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do Litoral Sul Catarinense e as implicações no processo sucessório, concluída em 2012; O processo sucessório na produção familiar agroecológica de leite (em andamento); As mudanças nos processos de formação e socialização das crianças e suas implicações na sucessão entre as gerações na agricultura familiar, concluída em 2013, com recursos do CNPq.

agropecuários, recebe apenas 15% de todo o crédito disponibilizado pelo Estado para o custeio e financiamento das atividades agropecuárias.

No entanto a diversidade do ponto de vista da desigualdade se manifesta, de forma bastante acentuada, entre os próprios agricultores familiares, considerando que 1,4 milhões deles são responsáveis por 80% do total do valor bruto da produção (VBP) da agricultura familiar no Brasil e que 1,9 milhões somam apenas 10% do VBP.

Os dados divulgados de forma recorrente por organismos nacionais e internacionais, entre os quais o IBGE/PNAD, ONU e Unicef, são bastante ilustrativos da precariedade e da desigualdade social vivenciadas, nessas últimas décadas, pela populações infanto-juvenil no meio rural brasileiro. Contudo, a história da infância e da juventude rural no Brasil é permeada pelas trajetórias de populações rurais, camponesas, quilombolas, indígenas, entre outros, vivendo uma condição de empobrecimento social e econômico, de estigmatização e preconceito, exclusão e invisibilidade, sobretudo, por parte do Estado, tendo em vista que desde o início sempre houve nas diferentes regiões brasileiras diferenciação e desigualdades entre os diferentes grupos sociais (inserindo-se aí as populações juvenis), devido a fatores vinculados às disparidades de desenvolvimento regional, às hierarquias de poderes e diferenças de classe social, etnia, raça, gênero e geração, enfim, ao acesso diferenciado às oportunidades, aos direitos de cidadania, às políticas públicas e aos bens da modernidade. Estas trajetórias sociais desiguais acompanham a história do Brasil, desde a Colônia, passando pelo Império e República, estando presente, ainda hoje, no cotidiano de segmento expressivo dessa população nos territórios rurais. Ou, como afirma Pinheiro (2001, p. 30), “a desigualdade social assume, entre nós, múltiplas expressões, quer se refiram à distribuição de terra, de renda, do conhecimento, do saber e, mesmo, ao exercício da própria cidadania”.

No que se refere aos aspectos relacionados à precariedade e à desigualdade social verificadas no meio rural brasileiro no âmbito educacional, os dados frequentes divulgados pela Unicef e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC/INEP), são bastante ilustrativos. Ou seja, as crianças que nascem no campo têm muito mais chance de não frequentar a escola que uma criança nascida na cidade. Os números divulgados nos estudos indicam o difícil quadro da educação rural no Brasil. É justamente entre as crianças e adolescentes que vivem em áreas rurais que encontramos os maiores índices de crianças não alfabetizados. Por outro lado, a baixa qualidade do ensino oferecido nos estabelecimentos rurais também é alarmante. Geralmente, o conteúdo ensinado nas cidades é levado para o campo sem problematização, desconsiderando as realidades locais. Para Soares et alii (2009), os projetos pedagógicos desenvolvidos na área urbana dos municípios, em que frequentam as crianças rurais, nem sempre reconhecem as especificidades constitutivas da diversidade do campo, desprezando tradições, valores e identidades individuais e coletivas em favor de um mundo “único”, “civilizado” e “educado” ao qual todos devem ser submetidos. Para os autores desse estudo, é evidente a distância estabelecida entre a educação ministrada para a população do campo e a perspectiva de educação que se elabora no âmbito das demandas dos movimentos sociais.

Sendo assim, é fundamental se problematizar a utilização do conceito de diversidade ou mesmo de identidade na análise da interação entre juventude rural e políticas públicas. O reconhecimento da pluralidade, heterogeneidade ou “diversidade” dos jovens rurais brasileiros que vem sendo cada vez mais expresso nos eventos, nas agendas públicas ou na literatura acadêmica se, por um lado, tem como lado positivo a relativização dos modelos hegemônicos e a valorização das diferentes identidades sociais e culturais, por outro, pode se tornar problemático na medida em que minimizar o peso das desigualdades sociais que afetam as populações do campo, da floresta e das águas, os próprios jovens rurais e as diferentes condições e oportunidades vivenciadas por este público em relação à população juvenil dos espaços reconhecidos como urbanos de nossa sociedade.

Para Silva (2005), o chamado "multiculturalismo" apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. Para o autor, é particularmente

problemática a idéia de diversidade que se limita a proclamar a mera existência da diversidade. Nessa perspectiva da adoção do conceito de diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Mas será que as questões da identidade e da diferença se esgotam nessa posição?

No caso específico dos jovens rurais, eles fazem parte de grupos sociais que possuem particularidades na organização e funcionamento das suas atividades econômicas, bem como singularidades culturais e históricas na vida social. Vivenciam processos de aprendizagem e de socialização (no âmbito da família, da comunidade, de interação com o trabalho, com a natureza, com os ciclos climáticos, com as culturas e as criações, com o tempo e o espaço, com a religiosidade, etc) que estimulam o convívio coletivo entre as gerações, bem como a mobilidade, a circulação e a atuação diversificada e ativa no exercício das atividades diferenciadas em que participam no âmbito da divisão social do trabalho na família, ou mesmo nos eventos culturais, nos mutirões e nas iniciativas cooperativas e associativas organizados entre as famílias nas suas comunidades de origem. Essas características se diferenciam de acordo com os diferentes contextos em que se inserem os jovens rurais nos mais diversos territórios rurais. Por um lado, é importante destacar que essa diversidade social e cultural é resultante, também, das raízes históricas do campesinato brasileiro (WANDERLEY, 1996), o que deve ser reconhecido e valorizado pelo Estado e pela sociedade como um patrimônio.

Mas, se o reconhecimento da diversidade é importante, torna-se imprescindível esclarecer que algumas diversidades exprimem, potenciam ou nascem de verdadeiras desigualdades sociais, o que muitas vezes não é expresso nas análises, nos discursos e nas agendas oficiais. Se nos referirmos ao público infantil e juvenil, especificamente, perceber essas pessoas como “crianças rurais” ou “jovens rurais” e, portanto, como tendo, indubitavelmente, uma “infância” ou uma “juventude”, é apostar numa igualdade de status geracional que é visivelmente inexistente nas condições concretas de existência desses sujeitos sociais. Nesse sentido, esta desigualdade deixa de existir como uma contradição intrínseca à própria sociedade para ser entendida como uma lamentável contingência de “contextos sociais e culturais diferenciados”. O entendimento das grandes diferenças sociais que se manifestam nas condições materiais de vida dos diversos segmentos de jovens rurais não pode ser feito como se elas não fossem mais que “disfunções”, ou “injustiças” a serem eternamente “corrigidas” no futuro (SARMENTO & MARCHI, 2008, p.22). A luta pela igualdade de condições por parte das populações rurais se inscreve na consolidação de direitos de cidadania e de tudo aquilo que tem de melhor nos espaços sociais, rural e urbano, além da valorização (inclusive monetária) da profissão de agricultor(a) e de suas novas funções com os mesmos benefícios que qualquer outra profissão exercida na sociedade urbana.

Nos cenários da globalização hegemônica, a situação de ambiguidade e complexidade paradoxal é a que melhor ilustra a condição social da infância e da juventude. Se, por um lado, há uma maior proximidade vivenciada pelos indivíduos, devido, sobretudo, aos avanços tecnológicos na área das comunicações, paradoxalmente, o mundo parece ter-se tornado mais complexo, porque a sociedade se apresenta mais desigual e heterogênea. A desigualdade marca e afeta, sobretudo, os grupos sociais que enfrentam enormes dificuldades para acessar os direitos de cidadania, que continuam a ser excluídos e invisibilizados nas arenas de ação e nos foros de decisão, entre os quais as crianças e os jovens e, sobretudo, os membros dessas categorias que integram as populações tradicionais, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assalariados rurais, entre outros.

Aos jovens raramente é dada a oportunidade de participar na definição da agenda política que os afeta, dificilmente se procura incluir os seus pontos de vista. Nesse sentido, a ausência de um estatuto político está implicada na falta de um estatuto social desse público. Os integrantes da categoria juventude são vistos como aprendizes e em fase de socialização, um período caracterizado de transição para a vida adulta. Ou seja, não são membros plenamente constituídos do mundo social, considerando

que estatuto social implica plena cidadania, ambos são pré-requisitos para a participação política. Mais precisamente, os jovens são (potencialmente) reconhecidos como cidadãos plenos em torno do momento em que deixam a juventude.

Verifica-se uma inadequação entre as expectativas das crianças e jovens, expressas nas novas atitudes face à política, à família, ao trabalho, à sexualidade e ao corpo, por exemplo, e as respostas formuladas pelas instituições. No caso dos territórios rurais, constata-se uma lacuna enorme no tratamento destas temáticas por parte das instituições oficiais e entidades sociais que interagem com as famílias rurais. Estas categorias sociais são hoje prejudicadas, também, na sua relação com as políticas públicas, frequentemente excludentes e artificiais, na medida em que deposita-se nas responsabilidades individuais as causas do insucesso na busca pela satisfação das suas necessidades, na sua luta pela inclusão social e pelo acesso aos bens e direitos de cidadania, desconsiderando-se a influência dos mecanismos estruturais de produção das condições sociais. Considera-se, também, que as formas convencionais de socialização, a escola por exemplo, não chegam a responder à demanda cada vez maior deste público por uma formação adequada às suas necessidades e à realidade em que vivem, trabalham, e que interagem socialmente, bem como para entrar no mercado de trabalho ou para enfrentar os desafios das renovadas relações sociais de produção. Neste sentido, questionar-se sobre o papel e o lugar das crianças e jovens nas relações sociais, econômicas e culturais nos territórios rurais é também perguntar qual modelo de sociedade civil e política pode atender e incluir este segmento da população.

Considerações finais

No momento em que se discute e se propõe medidas para os temas da sucessão geracional na agricultura familiar ou mesmo para o acesso às políticas e aos recursos públicos é fundamental que se leve em consideração, sobretudo, a influência dos fatores estruturais e dos padrões culturais na (in)definição dos projetos de vida dos jovens rurais, como forma de se evitar soluções simplistas que atribuam unicamente aos próprios jovens, moças e rapazes, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso nas suas tentativas de inclusão social, seja no âmbito da propriedade familiar ou mesmo na sociedade circundante. Mais precisamente, pensar o tema da sucessão considerando todos os problemas estruturais que envolvem a condição social da agricultura familiar e camponesa na sociedade. Ou seja, esse tema precisa ser muito mais complexificado do que normalmente vem sendo empregado, porque não podemos cair no risco de depositar apenas nos jovens a resolução de um problema que é estrutural e me parece que em alguns momentos a gente cai nesse pecado de acreditar que é no âmbito da família exclusivamente que o jovem vai conseguir mudar padrões culturais que são reproduzidos historicamente e socialmente. A reprodução social dessas famílias, camponesas ou agricultoras, depende de uma série de outros fatores multidimensionais.

Assim, se o individualismo se apresenta como a ideologia da modernidade, isto não significa que todos tenham as mesmas “chances” de realizá-la com sucesso. Alguns conseguem tornar-se indivíduos “de fato”, outros apenas o são no plano “jurídico”. Tradicionalmente os temas da juventude, das mulheres, das populações quilombolas, indígenas, dos assalariados rurais, como também o debate de gênero, raça, etnia, orientação sexual, etc, são exemplos de públicos e temáticas que, muitas vezes, acabam ficando em segundo plano nas discussões.

Enfim, é preciso ampliar o conhecimento dos diferentes segmentos de crianças e jovens rurais na sociedade brasileira. É muito importante se fazer um amplo diagnóstico social das juventudes assalariada, indígena, quilombola, por exemplo, populações que muitas vezes acabam ficando imperceptível nas agendas das pesquisas, nas discussões e intervenções centradas nas categorias agricultura familiar e juventude rural que, em muitas abordagens, são utilizadas de forma homogênea e harmônica. A universidade, em sintonia com os movimentos sociais e as instituições governamentais,

precisam aliar forças para o processo de (re)conhecimento, valorização e afirmação dessas categorias sociais, buscando a superação das dicotomias, hierarquias e estigmatizações que impedem a inserção desses diferentes públicos na sociedade.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão; 2ª edição. São Paulo: Hucitec. 1998.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto ; STROPASOLAS, Valmir Luiz, 2010, As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, v.1, ps. 159-183.
- BRUMER, Anita, 2004, Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y juventud. Manizales: v. 7, n.1, jan/jun. 2009, ps. 179-208.
- LAMARCHE, Hugues. (coord.) L'agriculture familiale. 1. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994. 303 p.
- PAULILO, Maria Ignez. "Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio". In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 183-210.
- PINHEIRO, Â. A criança e o adolescente no cenário da redemocratização: representações sociais em disputa. 438 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.2001.
- SARMENTO, Manuel Jacinto e MARCHI, Rita de Cássia. Radicalização da infância na segunda modernidade. Para uma Sociologia da Infância crítica, Configurações, Revista do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, nº 4: pp 91-113.
- SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In. FALEIRO, Fabio Gelape; FARIA NETO, Austecínio Lopes de (Org.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Ed. Planaltina, DF. Embrapa Cerrado, 2008. p.989-1014.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- SOARES, Edla; ALBUQUERQUE, Mabel; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Educação do campo: a escola do campo e a cultura do trabalho no mundo da infância e da adolescência em Pernambuco. UNDIME, Conselho Estadual de Educação e UFPE. Recife, 2009.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC, 236 p, 2006.
- WANDERLEY, Maria de Nazareh B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro in: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º., Caxambu/MG, 1996. Anais... Caxambu/MG. Outubro 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: Carneiro, Maria J. & Castro, Elisa G. (orgs.) Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.